APOSENTADORIA — MOLÉSTIA CONTAGIOSA E INCURÁVEL — CÁLCULO DE VANTAGENS DE ACÔRDO COM A CONSTITUIÇÃO DE 1934

— Na interpretação do inciso 4 do art. 170 da Constituição de 1934, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal fixou-se no sentido de que a aposentadoria a funcionário acometido de moléstia contagiosa e incurável é dada com vencimentos integrais.

— Interpretação do art. 170, ns. 4 e 6, da Constituição de 1934.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

União Federal versus Antônio Pinto de Carvalho

Apelação cível n.º 2.544 — Relator: Sr. Ministro

BARROS BARRETO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação cível n.º 8.544, do Distrito Federal, em que é recorrente *ex-officio*, o Juiz da 1.ª Vara da Fazenda Pública, apelante a União Federal e apelado Antônio Pinto de Carvalho, resolvem os Ministros do Supremo Tribunal Federal, componentes da Primeira Turma, negar provimento ao recurso e à apelação, por maioria de votos, de acôrdo com as notas taquigráficas anexas.

Rio, 12 de junho de 1944. — *Laudo de Camargo*, Presidente. — *Aníbal Freire*, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Barros Barreto — Antônio Pinto de Carvalho, tendo proposto ação ordinária contra a União Federal, a fim de lhe serem assegurados vencimentos integrais, como funcionário do Ministério da Marinha, aposentado em virtude de moléstia contagiosa e incurável — viu acolhido o pedido pelo digno Juiz da 1.^a Vara da Fazenda Pública. Êste houve por bem anular o ato administrativo do Diretor da Despesa Pública que, no título de aposentadoria do autor, fixara vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.

Ê a seguinte a sentença de fls. 32.

"Trata-se, nestes autos, de uma ação ordinária promovida contra a União Federal por Antônio Pinto de Carvalho, funcionário público aposentado em modestíssimas condições.

A demanda se processou escorreitamente: à inicial de fls. 2 e 4, instruída por docs. até fls. 9, a União, pelo Sr. 6.^o Procurador da República, opõe a contestação de fls. 14 a 20, trazendo o doc. de fls. 21, sôbre o qual o autor se manifestou a fls. 23. Junta a certidão a fls. 26, realizou-se a audiência de instrução e julgamento (fls. 30).

O caso em espécie consiste no seguinte: era o autor funcionário do Ministério da Marinha, classe E, quadro I, *operário do Arsenal* quando, por decreto de 10 de junho de 1937, foi *aposentado*, nos termos do art. 170, inciso 4, da Constituição Federal então vigente — a de 1934.

Ao ser expedido pelo Sr. Diretor da Despesa Pública, em 4 de agosto de 1938, o título de aposentadoria do autor, a êste foram fixados *vencimentos proporcionais ao tempo de serviço* (9 anos, 6 meses, 6 dias), pelo que o autor, que na atividade recebia anualmente Rs. 7.200\$0, passou, aposentado, a receber Rs. 2:284\$0 por ano.

Sustenta o autor, por seu brilhante advogado, que, *tendo sido êle declarado, em exame médico, sofrer de moléstia contagiosa e incurável (tuberculose), sua aposentadoria se fundamentara em o inciso 6 do art. 170 da Constituição Federal de 1934 e nunca em o inciso 4 do mesmo artigo e, sendo assim, aplicando-se o inciso 6 do art. 170 da Constituição de 1934, os vencimentos de aposentado devidos são os integrais — Rs. 7:200\$0 por ano.*

Afirmando o direito de perceber, como aposentado por sofrer de moléstia contagiosa e incurável, em face do inciso 6 do art. 170 da Constituição Federal de 1934, *vencimentos integrais* e não *proporcionais*, como ficou fixado por ato do Sr. Diretor da Despesa, o autor pede a *anulação* do ato administrativo e condenação da ré a *pagar-lhe a diferença de vencimentos, juros da mora e custas.*

Verifica-se dos termos da contestação (fls. 14-20) que a *União-ré admite implicitamente devesse a aposentadoria do autor se fundamentar no inciso 6 do art. 170 da Constituição de 1934, porquanto, nada alegando acêrca da legitimidade da aposentadoria baseada no inciso 4 do mesmo artigo, aceita o debate em tôrno do inciso 6, para sustentar que tal inciso de modo nenhum conferia vencimentos integrais a funcionários públicos aposentados por terem sido alcançados de moléstia contagiosa e incurável.*

Dada a circunstância que acabo de consignar, e porque esteja cumpridamente provada a causa determinante da aposentadoria do autor como a de *ter êle ficado tuberculoso*, cabe-me examinar o inciso 6 do art. 170 da Constituição Federal de 1934 a fim de apurar se de tal dispositivo ficou o autor com direito a *vencimentos integrais*, os de réis 7:200\$0 (Cr\$ 7.200,00) por ano.

O inciso 6 do art. 170 da Constituição Federal de 1934 tinha a seguinte redação:

“O funcionário que se invalidar em consequência de acidente ocorrido em serviço, será aposentado com vencimentos integrais, qualquer que seja o seu tempo de serviço; serão, também, aposentados os atacados de doença contagiosa ou incurável que os inabilite para o exercício do cargo”.

Diante do texto constitucional que acima transcrevi, sustenta o nobre representante da União-ré haver duas nítidas hipóteses previstas: a primeira referente à invalidez do funcionário em consequência de acidente ocorrido em serviço, caso em que, de modo expresso, a Constituição de 1934 determinava a aposentadoria com os vencimentos integrais; a segunda relativa à invalidez do funcionário quando fôsse atacado de doença contagiosa ou incurável que o inabilitasse para o exercício do cargo, caso em que a Constituição se limitava a determinar a aposentadoria não garantindo vencimentos integrais.

O patrono do autor, jovem advogado que sabe honrar o nome de seu eminente pai, o saudoso Juiz Federal Raul Martins, destacada figura de jurista em tempos que lá se vão, com muita proficiência estuda o inciso 6 da antiga Constituição de 1934 através dos trabalhos da Constituinte, num folheto com que instruiu a inicial, págs. 19 e segs. (fls. 6) e invoca o pronunciamento do egrégio Supremo Tribunal Federal sobre a interpretação daquele inciso, trazendo a publicação de fls. 7-8, no propósito de demonstrar que, em face da Constituição de 1934, as condições de aposentadoria a favor dos funcionários invalidados por acidente ocorrido em serviço, têm de ser as mesmas a favor dos funcionários invalidados por causa de moléstia contagiosa ou incurável.

Devo declarar que a mim repugna de modo formal o processo de interpretação pleiteado pelo nobre Procurador da República, porquanto, se adotasse tal processo interpretativo, cairia ou na contingência de admitir uma verdadeira iniquidade no inciso 6 do art. 170 da Constituição de 1934, qual a de aí estar consignado diversidade de tratamento em relação a funcionários públicos igualmente invalidados para o serviço em virtude de mal orgânico.

E se o Sr. 6.º Procurador da República entende que o autor teria vencimentos integrais na hipótese exclusiva de a tuberculose do autor ter-se originado de acidente ocorrido no serviço, ponderarei que, se não foi provado houvesse o mal derivado de acidente no serviço, tudo induz a presumir que a natureza do serviço desempenhado pelo autor, com certeza, contribuiu de modo acentuado para a eclosão e o desenvolvimento daquela moléstia no autor. É que o autor era operário do Arsenal de Marinha, trabalhando, assim, nas oficinas, destarte num ambiente nocivo à saúde, capaz de prejudicar a fundo a resistência de um organismo entregue a penosos esforços, mal alimentado, mal defendido, atendendo-se à insignificância dos vencimentos percebidos pelo operário.

Dá ser indubitável que entre o gênero do trabalho executado pelo autor e a moléstia que o acometeu existe uma íntima relação de causa e efeito, bastante a meu ver para justificar o pedido do autor, mesmo conforme a interpretação do inciso 6 do art. 170 da Constituição de 1934, preconizada pelo Senhor 6.º Procurador da República.

Por essas razões, de maneira nenhuma poderia eu desprezar a pretensão do autor e agradeço a Deus a oportunidade que me dá para, mediante sentença, minorar a triste situação de um obscuro operário que — tuberculoso — foi aposentado com os míseros vencimentos de Cr\$ 2.284,00 por ano.

Reconhecendo, como reconheço, nulo o ato do Sr. Diretor da Despesa Pública, que fixara os vencimentos proporcionais ao autor como aposentado, de

vez que o autor tem o direito a *vencimentos integrais* (Cr\$ 7.200,00), hei por bem julgar *procedente* a ação e condenar, como condeno, a União Federal na forma pedida na inicial.

Recorrendo desta para o Egrégio Supremo Tribunal Federal, mando que o Sr. Escrivão — lida a presente sentença na audiência de hoje — a registre e a faça publicar.

Distrito Federal, 13 de dezembro de 1943. — *Dr. Edgar Ribas Carneiro*".
Além do recurso *ex-officio*, inconformada apelou a União.

Versou todo o debate em tórno do art. 170, inciso 6.º, da Carta Política de 14 de julho de 1934, tendo arrazoado as partes contendoras a fls. 36 e 41.

O ilustre Dr. Procurador Geral da República exarou o parecer de fls. 46 v.:

"Ao nosso parecer, que o Dr. Procurador Regional transcreveu, deu o egrégio Supremo Tribunal autoridade, julgando de acôrdo com as suas conclusões.

Esperamos, pois, pelas razões ali expostas, a reforma da sentença apelada. 30-4-44. — *Gabriel de R. Passos*".

VOTO

Perante esta Egrégia 1.ª Turma, tive ocasião de me pronunciar em caso análogo, decidindo que, em face do inciso 6.º do art. 170 da Constituição Federal de 1934, não tem direito a aposentadoria com *vencimentos integrais* o funcionário público, declarado inválido por estar atacado de doença contagiosa ou incurável, qualquer que seja o tempo de serviço.

Sustenta-se porém — sendo aliás a corrente vencedora — que, daquele modo interpretada, a parte final do preceito constitucional se tornaria inócua e dispensável, pois a espécie estaria englobada no n.º 4 do mesmo dispositivo.

A meu ver, legitima-se o que pleiteiam os doutos representantes da União Federal, ao destacarem as duas hipóteses admitidas pelo texto da Carta de 1934.

Com êles entendo, embora continue vencido na Turma, com o douto Ministro Filadelfo Azevedo, que a exegese do inciso constitucional em apêço comporta, sem dúvida, duas soluções diferentes: concede *vencimentos integrais* ao funcionário aposentado por invalidez, em consequência de acidente ocorrido em serviço, enquanto que àquele incapaz de continuar no cargo, quando alcançado por moléstia contagiosa e incurável, só garante *vencimentos proporcionais*.

Atenda-se ainda a que — para deixar de subordinar o direito do funcionário público a aposentadoria com *vencimentos integrais* à condição de resultar do próprio serviço a doença contagiosa ou incurável — o legislador teria redigido diversamente o texto constitucional, dispondo da seguinte forma, por exemplo:

"O funcionário que se invalidar em consequência de acidente ocorrido no serviço e o atacado de doença contagiosa ou incurável, que inabilite para o exercício do cargo, serão aposentados com *vencimentos integrais*, qualquer que seja o seu tempo de serviço".

Nessa conformidade, dou provimento ao recurso legal e à apelação, a fim de julgar improcedente a ação.

VOTO

O Sr. Ministro Aníbal Freire — Na interpretação do inciso 4 do art. 170 da Constituição de 1934, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal fixou-se no sentido de que a aposentadoria a funcionário acometido de moléstia contagiosa e incurável será dada com *vencimentos integrais*.

Fortalecem essa exegese argumentos de indiscutível valia: a própria redação do texto constitucional; a similitude de situações nas hipóteses que se podem produzir no tocante à incapacidade orgânica do funcionário; a legislação posterior, terminante e expressa no sentido adotado.

Tendo acompanhado sempre essa jurisprudência, meu voto é pelo não provimento do recurso e da apelação, a fim de ser mantida a decisão apelada, pelos seus fundamentos.

VOTO

O *Sr. Ministro Filadelfo Azevedo* — Sr. Presidente, estou de acôrdo com o Sr. Ministro Relator.

VOTO

O *Sr. Ministro Castro Nunes* — Sr. Presidente, acompanho o voto do Sr. Ministro Aníbal Freire.

VOTO

O *Sr. Ministro Laudo de Camargo*, Presidente — Estou de acôrdo com o Sr. Ministro Revisor.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: Negaram provimento, contra os votos dos Exmos. Srs. Ministros Relator e Filadelfo Azevedo.